

# SOCIEDADES COOPERATIVAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL<sup>1</sup>

**Elisson Alberto Tavares Araújo**

MBA em Administração de Cooperativas e Mestrando em Administração  
Faculdade Novos Horizontes - FNH  
Rua Alvarenga Peixoto, 1270 – Santo Agostinho – 30.180-121  
Belo Horizonte/MG  
elisson\_alberto@yahoo.com.br

**Wendel Alex Castro Silva**

Doutor em Administração - UFLA  
Faculdade Novos Horizontes - FNH  
Rua Alvarenga Peixoto, 1270 – Santo Agostinho – 30.180-121  
Belo Horizonte/MG  
wendel.silva@unihorizontes.br

Submetido em: 25/11/2008

Aprovado em: 05/04/2010

## RESUMO

Com sua gestão participativa e autonomia dos associados, as cooperativas têm demonstrado significativa expansão no Brasil. Esta pesquisa é explicativa, qualitativa e evolutiva, utiliza dados secundários e tem como objetivo estudar o impacto das cooperativas no período de 1990 a 2007; sendo um corte longitudinal, que discute essas sociedades através da autogestão, distinções entre elas e empresas mercantis, sua importância social-econômica, dentre outros. Percebeu-se que a essência cooperativista acaba sucumbindo diante da necessidade de eficiência e, que muitas possuem estruturas engessadas e altos custos administrativos, com resultados aquém do ideal. Com efeito, a pesquisa comprova através de dados *ex post facto*, o potencial de crescimento dessas organizações, principalmente, quando os cooperados têm participação efetiva na sua gestão e operações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cooperativas, Relevância Econômica, Economia Social.

## ABSTRACT

Cooperatives, with their participatory management and the autonomy of their members, have undergone significant expansion in Brazil. This explanatory, qualitative and time series research uses secondary data, in order to study the impact of cooperatives in the period 1990 to 2007. It is a cross-sectional study that discusses these societies through self-management; distinctions between these and mercantile companies; and their social and economic importance, among other factors. It is observed that the essence of the cooperative ends up succumbing to the need for efficiency, and that many have rigid, inflexible structures and high administrative costs, with results that are far from ideal. In effect, this study demonstrates, through *ex post facto* data, the growth potential of these organizations, particularly when the members are effectively involved in the management and operations.

**KEY-WORDS:** Cooperatives; Economic Relevance; Social Economy

Con su gestión participativa y autonomía de los asociados, las cooperativas han demostrado significativa expansión en Brasil. Esta investigación es explicativa, cualitativa y evolutiva, utiliza datos secundarios y tiene como objetivo estudiar el impacto de las cooperativas en el período de 1990 a 2007. Es este un corte longitudinal que discute esas sociedades a través de la autogestión, distinciones entre ellas y empresas mercantiles, y su importancia socioeconómica, entre otros. Se observó que la esencia cooperativista acaba sucumbiendo ante la necesidad de eficiencia y que muchas poseen estructuras rígidas y altos costos administrativos, con resultados inferiores a los ideales. En efecto, la investigación comprueba, a través de datos *ex post facto*, la potencialidad de crecimiento de esas organizaciones, principalmente cuando los cooperados tienen participación efectiva en su gestión y operaciones.

**PALABRAS CLAVE:** Cooperativas, Relevancia Económica, Economía Social.

## 1 INTRODUÇÃO

As cooperativas segundo Perius (2007) são sociedades de pessoas que possuem forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, formadas a fim de prestar serviços aos associados. Já na Aliança Cooperativa Internacional - ACI (2008) cita que é uma associação autônoma de pessoas unidas de forma voluntária para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum em uma empresa de propriedade conjunta e com gestão democrática. Elas diferenciam-se das outras organizações nos seguintes aspectos: adesão voluntária, conforme possibilidade técnica explícita no estatuto social; variabilidade do capital social, através de número limitado de quotas-partes e inacessibilidade a elas de não-cooperados; singularidade de voto, ou seja, uma pessoa, um voto; quorum para que aconteça e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de cooperados e não no capital; divisão de sobras e perdas do exercício, proporcionais às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; indivisibilidade dos fundos de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; imparcialidade política e sem discriminação religiosa, racial e social; área de admissão de associados condicionada às possibilidades de reunião e operações, controle e prestação de serviços ao quadro social, além da gestão participativa através da autogestão.

A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2008) relata que o cooperativismo é fundamentado na união de pessoas e não no capital. Tem em vista as demandas do grupo e não do lucro, procura a prosperidade do todo e não a individual. Complementa Oda (2001) que as sobras não focam a remuneração do capital, sendo o objetivo principal a remuneração proporcional ao trabalho dos seus cooperados. Então, essas sobras são os excessos dos valores cobrados através do rateio de despesas necessárias à operacionalização das cooperativas para atingir seu objetivo social.

Segundo Bialoskorki Neto (2006) o cooperativismo é economia social já que fomenta o desenvolvimento da economia, a justa distribuição de renda, além de gerar emprego.

Esse sistema busca o bem-estar social, a promoção das pessoas, seu autodesenvolvimento (não-assistencialismo), tornando-as mais conscientes e autossustentáveis. Ele impulsiona a melhoria de qualidade de vida dos cooperados e da comunidade que faz parte. Tem ainda, funcionado como eficiente instrumento de inclusão social diante das crises capitalistas e da precarização do trabalho.

Gimenes e Gimenes (2006) dizem que com a exposição crescente dos atores econômicos internos à concorrência externa, houve o acirramento da competitividade entre países e blocos econômicos, o que dificulta a sobrevivência das empresas pouco eficientes e gestores despreparados. As cooperativas também precisam ter uma gestão eficaz de seus negócios, obter satisfatório desempenho econômico implementando estratégias diferenciadoras, a fim de obter vantagem competitiva nos mercados em que atua.

Em relação à transação do cooperado com a cooperativa, quanto maior ela for menor a probabilidade da organização ter resultados insatisfatórios de acordo com Requejo (1997). Sobre

estas transações, Becho (2002) diz que resultam do ato cooperativo e que este resulta das operações principais entre os agentes e as cooperativas e vice-versa, tendo em vista atender os objetivos sociais, ou seja, o negócio-fim. O que não seja identificado como tal é operação acessória ou negócio-meio. Para Stöberl (2007) o ato não é uma operação de mercância ou contrato de compra e venda de produto ou serviço.

Uma importante particularidade das cooperativas é o ato cooperativo. Somente através dele esses empreendimentos podem legitimar a relação cooperativista com o quadro social, com a finalidade única de tornar vantajosa a participação econômica dos cooperados em algo que eles não teriam fora de uma cooperativa, uma vez que elas eliminam atravessadores, reduzem custos, customizam produtos e serviços, oferecem suporte às operações financeiras, além da tributação ser reduzida para esses atos.

Assim, a questão que norteia tal pesquisa é: Qual o impacto socioeconômico das cooperativas no contexto brasileiro?

Tendo em vista a evolução do cooperativismo no Brasil, esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar o impacto das cooperativas no corte longitudinal entre 1990 à 2007, com ênfase qualitativa, discutindo o fenômeno cooperativista através de aspectos como sua história; ramos; valores; princípios; autogestão; ato cooperativo, distinções entre cooperativas e empresas mercantis, além de conhecer a sua importância social-econômica.

Sobre a metodologia utilizada, afirma Gonsalves (2005) que em vista dos objetivos esta pesquisa é explicativa, pois procura-se conhecer os aspectos que contribuem para que um fenômeno ocorra, bem como suas razões e para que venha se desenvolver.

No que tange os meios de investigação, é bibliográfica. Cita Vergara (2000) que isso é feito através do estudo sistematizado baseado em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, que esteja acessível ao público.

Os dados secundários foram obtidos em diversas fontes: periódicos internacionais, Anais do Seminário de Administração da USP – SEMEAD, OCB, além de produção bibliográfica, acadêmica e sites. Estas fontes foram escolhidas conforme a representatividade de suas informações enquanto conteúdo pertinente aos objetivos do artigo.

Desta forma, este trabalho está dividido em quatro seções, a saber: na primeira, são apresentados a introdução, o objetivo e a metodologia; na segunda, o referencial teórico da pesquisa com particularidades das sociedades cooperativas; na terceira, são analisados e discutidos os resultados e na quarta parte, as conclusões.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 História e doutrina das cooperativas

Pinho (1982) diz que a cooperação vem do latim *cooperari*, que significa trabalhar em conjunto com alguém, buscando-se através das cooperativas, resolver problemas sociais através de transações econômicas e ela acontece com a união de esforços entre as pessoas. O pensamento cooperativo segundo Braga (2000) surgiu somente na Europa Ocidental, início do século XIX, onde diversos pensadores formaram a doutrina cooperativista. Esse cooperativismo como se conhece, iniciou-se em consequência da Revolução Industrial, já que está relacionado com as ações dos trabalhadores – até mulheres e crianças - frente aos abusos dos empresários e do estado. Tal doutrina acarretou inclusão social de muitas pessoas que passavam por miséria total. Com sua aplicabilidade, esse quadro começaria a ser revertido, diminuindo as diferenças sociais existentes naquela época.

A crise do trabalho provocada pela mecanização da produção desencadeou algumas revoltas que contribuíram para o início do movimento cooperativista, tais como: Movimento catequista (1811-12) – manifestação contra a troca do trabalho artesanal pelas máquinas, as quais tiravam as possibilidades do homem; Movimento Cartista (1837-48) – busca por melhores condições de trabalho; as Trade-Unions (2ª metade do séc. XIX) – movimento que visava instituir o Socialismo com vistas ao Comunismo.

Em 1844, quando acontecia essa Revolução, os empresários do setor de produção na Inglaterra, estavam em ascensão com a exploração dos miseráveis operários que trabalhavam em condições desumanas. Frente ao quadro desolador, 27 tecelões e uma tecelã foram pioneiros e se reuniram no bairro de Rochadalle (Manchester) e criaram um simples armazém cooperativo de consumo, sob o nome de “Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochadalle”, como citam Gimenes e Gimenes (2006) e Figueiredo (2000). Esses operários economizaram durante um ano, uma libra cada, para integralizar na constituição do empreendimento. Braga (2000) cita que essa cooperativa ainda opera e fornece vestuário e bens de consumo em Londres.

Nascia ali o cooperativismo com cunho econômico e social, o que iniciaria o sistema cooperativista mundial. Confirma Figueiredo (2000) que as ideias do cooperativismo nasceram de uma corrente liberal dos socialistas utópicos, sob a égide de ideais de justiça e fraternidade. Os Pioneiros foram os que adaptaram essas idéias criando a organização formal - a cooperativa, como meio de sobreviver à crise, pois, ainda para a mesma autora, o grupo de intelectuais utópicos era formado por 10 homens da Inglaterra e França. São eles:

- John Bellers (1654/1725), um inglês que buscou a organização das cooperativas de trabalho para se exterminar o lucro e indústrias de exploração;

- Charles Gide (1847/1932), de origem francesa, lecionava em universidades, reconhecido por obras relacionadas à economia política e cooperativismo, contribuindo imensamente para a construção de conhecimento sobre a doutrina cooperativista;

- Robert Owen (1772-1858), era inglês, reconhecido como o pai do cooperativismo. Foi um militante contra o lucro e concorrência, por considerá-los maléficis;

- Willian King (178-1865), médico inglês que empenhou-se pelo cooperativismo de consumo, buscava um sistema cooperativista internacional;

- Philippe Buchez (1792-1865), de origem belga, procurou estabelecer um cooperativismo de autogestão em relação ao Governo ou auxílio externo. Buscou organizar na França, as hoje conhecidas como cooperativas de produção;

- Louis Blanc (1812-1882), foi um político nascido na França, que lutou pelo direito do trabalho, à liberdade com educação e a educação moral das pessoas;

- Charles Fourier (1772-1858), outro francês, pioneiro das cooperativas de produção, criador dos falanstérios;

- Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), também francês, escritor, deputado e contabilista. Lançou obras sobre traços sociais e econômicos. Concentrava-se na questão do crédito, condenava os juros sobre os empréstimos. Criou a expressão “crédito mútuo”. Colocou em voga o princípio da equidade;

- William Thompson, médico natural da Irlanda. Pensava numa economia cooperativa e voluntária, com distribuição das riquezas, de forma justa;

- George Jacob Holyoake (1817-1906), nasceu em Birmingham, centro político da Inglaterra. Foi um socialista-cristão. Autor de obras sobre assuntos político-sociais, palestras sobre ajuda-mútua e cooperação. Diz-se que estas últimas tiveram soberana influência para que a cooperativa de Rochdale fosse criada. Destacou-se ainda como um dos fundadores da ACI, em 1895, em Londres. Vale salientar que a ACI é a mais representativa organização do cooperativismo no mundo, criada no intuito de fomentar a doutrina e o desenvolvimento das cooperativas.

Este movimento culminou em um sistema que é reconhecido mundialmente pelas suas benesses para a sociedade que o difunde em sua cultura. É amparado por legislações que o regulamentam e órgãos em diversos âmbitos que promovem sua disseminação para as novas gerações, em busca de sua continuidade. Ele se organizou de tal forma que algumas cooperativas adotam as mais modernas tecnologias de gestão, mecanismos para aumentar sua eficiência e operacionalizar até em importantes bolsas de valores, sendo bastante difundido em economias de primeiro mundo, com significativas participações em seu Produto Interno Bruto - PIB.

## 2.2 Ramos do Cooperativismo

Conforme OCB (2008), os 13 ramos existentes são:

- *Agropecuário*: reúne produtores rurais;
- *Consumo*: aglutina consumidores de bens de uso pessoal e doméstico;
- *Habitacional*: direcionada aos que precisam de moradia;
- *Produção*: congrega operários de uma fábrica;
- *Crédito*: reúne a poupança das pessoas, oferecendo crédito e valorizando as aplicações financeiras dos cooperados;
- *Educacional*: reúne pais de alunos e professores;
- *Infraestrutura*: para pessoas com necessidade de serviços como eletrificação e telefonia rurais, saneamento básico, etc.;
- *Saúde*: reúne profissionais ou usuários de saúde;
- *Mineral*: ofertada para micromineradores, garimpeiros, quebradores de pedras, trabalhadores na extração de areia, pedra e pedregulho, etc.;
- *Especial*: reúne índios e pessoas com deficiência física ou mental que conservam sua capacidade produtiva;
- *Turismo e lazer*: reúne pessoas que desenvolvem atividades produtivas de turismo e lazer;
- *Transporte*: congrega os atuantes no transporte de passageiros, cargas, escolares, etc.;
- *Trabalho*: reúne profissionais liberais, autônomos. Seus serviços consistem em conseguir clientes ou serviço para esses cooperados, fornecer capacitação e treinamento técnico, entre outros.

Ainda para OCB (2008), os ramos que tem apresentado melhores resultados são o crédito, saúde e agropecuário. Com *performance* representativa, eles conquistado novos sócios no mercado brasileiro, tendo importante parcela de participação na economia do país, sobretudo, com as crescentes exportações do agronegócio, onde o ramo agropecuário que organiza a produção dos cooperados em maior escala, busca melhores preços na comercialização de seus produtos. É importante apontar que as variações percebidas nas exportações das cooperativas foram acima das médias brasileiras.

## 2.3 Os Valores e Princípios Cooperativistas

Conforme Pacheco *et al* (2008) os valores que permeiam o cooperativismo no mundo são de autoajuda, solidariedade, igualdade, equidade, democracia e auto-responsabilidade. São padrões éticos como base de conduta, os quais que balizam os princípios cooperativistas e estes que devem orientar as decisões das organizações.

Para a OCB (2008) os sete princípios cooperativos podem ser descritos assim:

1) *Adesão voluntária e livre* - As cooperativas são organizações abertas as pessoas aptas a utilizarem os seus serviços e a se tornarem cooperados, sem discriminações sexuais, sociais, raciais, políticas e religiosas;

2) *Gestão democrática e livre* – São empreendimentos democráticos, sob o controle dos associados, que devem participar da sua gestão;

3) *Participação econômica dos membros* – Os cooperados integralizam o capital em suas cooperativas e o controlam democraticamente. Parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Caso haja, eles recebem uma remuneração limitada ao capital integralizado, além do rateio de sobras ou perdas proporcionais às operações;

4) *Autonomia e independência* - As cooperativas são empreendimentos de autogestão, de ajuda mútua, controladas pelos cooperados;

5) *Educação, formação e informação* – As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus associados, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, para que eles possam contribuir positivamente para essas organizações. Devem difundir na comunidade a natureza e as vantagens da cooperação;

6) *Intercooperação* – Quando as cooperativas trabalham em conjunto, com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, trazem mais resultados positivos aos cooperados e ao cooperativismo;

7) *Interesse pela comunidade* – Com políticas aprovadas pelo quadro social, as cooperativas buscam o desenvolvimento sustentado das suas comunidades.

Vale dizer que os Pioneiros de Rochdale tiveram um cuidado especial com o quinto princípio, pois, instituíram que das sobras que eventualmente tivessem as cooperativas, parte seria destinada ao FATES, um fundo em que os recursos devem ser investidos para a educação e formação dos cooperados, disseminando a doutrina, valores, além desses princípios. Mas, gestores têm desviado valores do FATES em causa própria.

Soares (1984) comenta que com a expansão econômica cooperativa, a lógica do capital sobrepõe a social e o empreendimento passa a se desenvolver apenas com uma orientação para a eficiência econômica e capitalista, se afastando de seus princípios e relações sociais.

Por um lado, ocorre que a importância do capital tem estado acima das questões doutrinárias e filosóficas do movimento, o que acaba influenciando em sua forma de gestão, deixando os cooperados a margem das decisões que deveriam participar, levando a descaracterização da empresa cooperativista e influencia em seus resultados para pior. Por outro lado, muitas das vezes os próprios cooperados não tem consciência e/ou interesse na implementação desses princípios e acabam desejando que a cooperativa seja como uma empresa mercantil, que gere sobras (para eles, lucros), o que certamente fere a essência cooperativista.

## 2.4 Diferenças entre cooperativas e empresas mercantis

Como as sociedades cooperativas têm produzido dados positivos que incrementam a economia brasileira, apresentam-se algumas diferenças relevantes entre as empresas de capital e aquelas.

Sociedade cooperativa	Sociedade de capital
Regida pela Lei 5.764/71 e pela Lei 10.406/2002.	Regida pelo Código Comercial Brasileiro e pelas Leis 10.303/2001 e 10.406/2002.
O elemento central do modelo societário é o homem.	O elemento central do modelo societário é o capital.
Constituída por 20 ou mais pessoas.	Constituída por duas ou mais pessoas.
Voto por pessoa.	Voto por cota ou ação.
Controle democrático, com base no elemento humano.	Controle subordinado à participação do capital.
A remuneração do capital integralizado é limitada a 12% a. a.	Não existe limitação à remuneração do capital integralizado.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As cotas podem ser transferidas a terceiros, respeitando a legislação vigente.
Investimentos orientados pelas necessidades dos cooperados.	Investimentos orientados pelas oportunidades mercadológicas.
Os resultados (sobras) retornam aos sócios proporcionalmente às suas operações.	Os resultados (lucro) retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações ou quotas na sociedade.
Visa à remuneração melhor ao produtor, promovendo o bem-estar econômico.	Visa à maximização do lucro em detrimento do bem-estar econômico.
Defende a equidade entre objetivos econômicos e sociais.	Defende o compromisso com o econômico, submetendo a ele os demais objetivos societários.

Quadro 1. Principais características das sociedades cooperativas e das sociedades de capital

FONTE - Adaptado de Ferreira e Braga (2007)

Observando-se as características entre as duas formas de organização, alguns aspectos se destacam pela própria essência de cada uma. Nas cooperativas as necessidades do homem são o centro e o empreendimento deve ser gerido em prol de atendê-las, desde que não comprometa a continuidade dela (salvo se os associados optarem por sua descontinuidade); há um mínimo de pessoas para sua constituição, já que se tem um número mínimo de cargos a serem ocupados desde então; o voto é baseado na personalidade – o homem é considerado pelas qualidades e não pelos bens que tem; remunerar o capital não é objetivo, mas, é assegurar o mínimo de sua remuneração; as cotas são personalíssimas, intransferíveis; as sobras que – salvo no caso de deliberação em contrário na Assembléia Geral Ordinária – AGO, voltam para os cooperados, são os resultados da cobrança à maior das despesas rateadas, que após parte ser incorporada ao fundo de Reserva e ao FATES, e por vezes são revertidas em investimentos, noutras, incorporadas ao capital social, o que não é lucro, mas em muitas cooperativas é encarado como tal.

## 2.5 As Cooperativas no Brasil

O movimento das cooperativas no Brasil só iniciou-se após a libertação dos escravos em 1888, juntamente à chegada de imigrantes europeus que trouxeram o conteúdo doutrinário de associativismo existente em sua cultura, segundo Gimenes & Gimenes (2006). Desde que o cooperativismo iniciou seu desenvolvimento no Brasil em 1889, houve legislações que proporcionassem sua expansão (BRAGA, 2000).

O governo percebendo a importância do cooperativismo, logo se prontificou a formular e sancionar leis que permitissem o fomento do movimento diante do ciclo de crescimento do país. Logo, visualizou-se a relevância de incentivar o trabalho em conjunto entre as diversas classes, procurando diminuir problemas de ordem social, econômica, cultural, dentre outras.

Cooperativas brasileiras no modelo dos Pioneiros, cita Braga (2000), somente foram constituídas no século XIX. As primeiras foram: Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais, em Ouro Preto (1889); funcionários da Companhia Telefônica, em Limeira/SP (1891); dos militares, no Rio de Janeiro/RJ (1894); cooperativas de crédito, em Nova Petrópolis/RS (1902) e de produção agropecuária, no Rio Grande do Sul (1906).

Braga (2000) descreve cinco períodos que foram marco histórico no Brasil:

1) *Até 1945*: Na década de 1930, as cooperativas não tinham forma jurídica, mas as autoridades já percebiam. Com a “Revolução de 30”, ficou transparente tal necessidade. Em dezembro de 1932, foi promulgado o decreto nº 22.239 que possibilitou a constituição e funcionamento das cooperativas com incentivos fiscais. Ele foi revogado e restabelecido várias vezes, vigorando até 1966;

2) *Após 1945*: Em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito – BNCC, quando houve incentivos fiscais e materiais, já que o país com o final da Segunda Guerra Mundial, teve novo estímulo com o sistema cooperativista;

3) *Década de 1960*: Com a ditadura militar que instituiu reformas econômicas, tal movimento entrou em declínio. Em 1966, foram regulamentados decretos, em que houve um retrocesso nas vantagens adquiridas. As cooperativas de consumo e crédito foram as mais prejudicadas, reduzindo seus números;

4) *De 1971 à 1988*: a lei nº 5.764/71 – ainda em vigor - foi promulgada em 16 de dezembro de 1971, a qual define os requisitos do Sistema Brasileiro de Cooperativismo;

5) *Em 1988*: A Constituição Federal de 1988 emancipa totalmente o cooperativismo em relação ao Estado. A desejada autogestão proporciona a independência das cooperativas, as quais passam a ter total autonomia, exceto as cooperativas de crédito que passam a ser fiscalizada pelo BACEN.

Esse evento estabeleceu uma nova dinâmica das cooperativas brasileiras, já que conforme as características do empreendimento autogestionário, exigiu-se um comportamento mais ativo dos cooperados no sentido de participação junto à administração do negócio. Contudo, isso não aconteceu de forma efetiva, já que a autogestão é um processo que demandaria a educação cooperativista do quadro societário, e havia ausência de uma cultura cooperativista disseminada.

## 2.6 Autogestão e Gestão nas Cooperativas

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecida a autogestão das cooperativas brasileiras – ainda que elas não estivessem preparadas para a mudança - ficando as mesmas livres da ingerência do Estado, salvo as que têm como objeto social o capital.

Carvalho (1995) comenta que a palavra autogestão vem do grego *autos* (si mesmo) e do latim *gest* (gerir), que é administrar, gerir a si próprio, mas em nosso contexto indica várias pessoas formando uma organização sem um dono – já que ele é o próprio trabalhador, ou seja, que são capazes de se organizarem em uma sociedade coletiva sem um patrão, o que representa o princípio da autogestão. Para Anteag (2008) é um modelo de organização onde o relacionamento e as operações econômicas combinam propriedade com o controle total dos meios de produção com gestão democrática. Nela há a autonomia completa dos membros e as decisões e o controle pertencem diretamente a eles. Para tanto, os trabalhadores precisam ter capacidade e o poder de decisão sobre as questões que envolvem o empreendimento.

No modelo autogestionário em cooperativas, os associados, líderes e dirigentes têm inteira responsabilidade pela gestão da cooperativa, sem que seja necessária a interferência externa para a consecução de seu objetivo social que atenda o quadro social.

Já Mota (1981) diz que ela nasceu das deficiências da heterogestão que é uma gestão hierarquizada com forte separação entre patrão e empregado, dominante e dominado, onde o capital sobrepõe o trabalho e as causas sociais, fomentando a burocracia, a divisão do trabalho e de classes. É um modelo hegemônico nas empresas capitalistas. Desta forma, Mandel (1977) expõe que a autogestão é um processo de desalienação das relações de produção e trabalho frente ao capital.

Ela permite que as pessoas resgatem a autonomia perdida com a mecanização da produção e burocratização das relações de trabalho, o que criou uma dependência da sociedade diante do capital – representado pelas empresas mercantis -, tendo que se submeter aos excessos do comando e do capitalismo que provocou a alienação das pessoas, retirando parcela de sua espontaneidade, extraindo a mais valia de sua mão-de-obra em prol do lucro, relegando a vida para segundo plano, tanto quanto a qualidade de vida dos operários. A autogestão nas cooperativas proporciona a todos serem proprietários, voltarem a ter autonomia sobre si mesmos, com igual poder de decisão, participação e parcela de responsabilidade pelos atos e consequências das suas decisões. Ainda, transforma pessoas e interfere diretamente em suas relações sociais, econômicas e culturais, leva cada indivíduo a autoeducação que exige uma reeducação de valores e perspectivas e também a uma descoberta pessoal cotidiana, revelada nos afazeres grupais em permanente cooperação. Cada cooperado torna-se fundamental para concretização do objetivo do semelhante na sociedade, e para tanto, eles têm que se auto-fiscalizarem continuamente para viabilizar o crescimento mútuo.

Singer (2003) diz que a autogestão deve ter transparência para que o processo decisório seja consciente, onde todos tenham acesso a todas as informações. No entanto, Jensen e Meckling (1976), Nilsson (2001) apontam que na Teoria de Agency em dado momento os objetivos dos proprietários podem ser sobrepostos pelos interesses particulares do administrador contratado. Com a lacuna para haver assimetria informacional, ou seja, o administrador conhecer o funcionamento da empresa melhor que seus donos, pode querer obter vantagens sobre isso, colocando seus interesses acima da empresa, o que é considerado como *moral hazard*. Caso não haja sinergia entre ambas as partes, isso pode trazer grandes prejuízos para esta última. O problema de agency consiste então em buscar mecanismos que promovam a sincronia entre os objetivos da empresa e do gestor, a fim de evitar os desvios de conduta destes. Por isso, os cooperados podem incorrer em altos custos de agency (GITMAN, 2004) que são aqueles assumidos, a fim de amenizar os conflitos de agency que existem em todas as organizações (FAMA e JENSEN, 1983). Esses custos são formas de controle que impeçam ou reduzam ao mínimo as possibilidades dos gestores terem condutas impróprias aos objetivos da organização.

Nas cooperativas pode haver certa dificuldade em fazê-lo devido às exigências do arcabouço jurídico societário delas de que seus conselhos sejam compostos por membros do quadro societário, pois, na grande parte das vezes, os cooperados não têm sequer competência para as atribuições dos cargos, além de não ser compulsório ter alguma formação na área. Junta-se a isso, a falta de uma cultura cooperativista de fiscalização da gestão por parte dos associados à autogestão que dá autonomia para esses gestores fazerem o que lhes convier, e as poucas exigências da legislação em



termos de transparência na prestação de contas. Isto aliado a falta de ética e baixa formação dos administradores de cooperativas, mostra-se como um para o crescimento do sistema. Porém, já se percebem investimentos e se observam mudanças acarretadas por profissionais graduados.

Como forma de aumentar a segurança, asseverar a transparência e evitar problemas como esses (NEVES; ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2005) citam que a governança corporativa deve ser encarada com seriedade, para que os associados tenham as devidas informações da realidade da cooperativa.

Uma possível solução para o conflito acima poderia ser o desenvolvimento da Nova Economia Institucional das cooperativas, a qual de acordo com Bialoskorski Neto (2006) traria a abertura do capital dessas organizações na bolsa de valores, o que exigiria acentuada profissionalização de sua gestão, com a contratação de gestores capacitados, sendo obrigada a implementar práticas de governança corporativa, instaurando mecanismos de controle para oferecer segurança aos investidores. Todavia, este é um caminho mais próximo das grandes cooperativas, as quais têm vasta carteira de ativos e altos níveis de patrimônio líquido, o que provavelmente já demanda que tenham instrumentos de controle mais fortes. Mesmo assim, essa nova dinâmica das cooperativas exigiria uma postura mais firme dos dirigentes, pois, a fiscalização é mais intensa, os desvios são mais facilmente constatados, provocando maior eficiência operacional e resultados positivos para os cooperados e para o país.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 3.1 Análise da Importância Social e Econômica das Cooperativas Brasileiras

O cooperativismo brasileiro está presente em todos os estados brasileiros, cobrindo 1.751 municípios. Conforme o GRAF. 1 são 7.672 cooperativas abrangendo todos os ramos, 7.687.568 associados, com a geração de 250.961 empregos diretos (OCB, 2008).

A OCB ainda aponta a pujância do cooperativismo para a sociedade brasileira, mesmo demandando que ela participe com maior expressão. São 13 ramos participantes do sistema, onde 25 milhões de brasileiros estão envolvidos de forma direta ou indireta. O faturamento das cooperativas chegou a R\$ 72 bilhões. Já a fatia de contribuição no PIB Brasil é de R\$ 126 bilhões, onde R\$ 60 bilhões vêm das cooperativas agropecuárias, que se mantêm entre os ramos que lideram em quantidade dessas organizações,

No período entre 2006 e 2007, as exportações diretas das cooperativas tiveram um incremento de 16,5%, exportando algo em torno de US\$ 3,3 bilhões. Salienta-se que as variações das exportações de cooperativas foram maiores que às médias brasileiras em 2004, alcançando 32% no Brasil e 53,6% no cooperativismo.

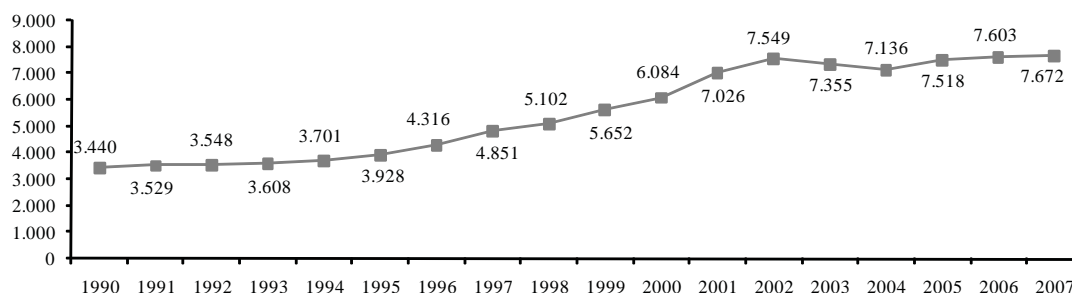


Gráfico 1. Evolução do Número de Cooperativas no Brasil (mil)  
Fonte - OCB (2008)

De acordo com o GRAF. 1 acima, o número de cooperativas apresentou um aumento de 123,02 % entre 1990 e 2007, ou seja, uma média de 7,24% ao ano. Percebe-se ainda que houve uma evolução ininterrupta entre 1990 à 2002, tendo uma queda em 2003 e 2004, voltando a subir a partir de 2005 e que permaneceu até 2007, chegando a 7.672 cooperativas registradas na OCB.

De acordo com o GRAF. 2 abaixo, na região Sudeste concentra-se a maior parte das cooperativas brasileiras, já que dentre as 7.672 cooperativas registradas na OCB, 3.176 estão nessa região, equivalendo a 41,4% do total e, na região sul – a segunda - concentram-se 1.435, ou seja, 18,7% das cooperativas, confirmando a tendência de maior desenvolvimento das cooperativas nesses dois estados, uma vez que o Sul é pioneiro na expansão dessas organizações e o Sudeste, além de sua grande extensão, é considerado o estado em a população tem melhor conhecimento da cultura cooperativista, fator que pode influenciar no crescimento de seu número.

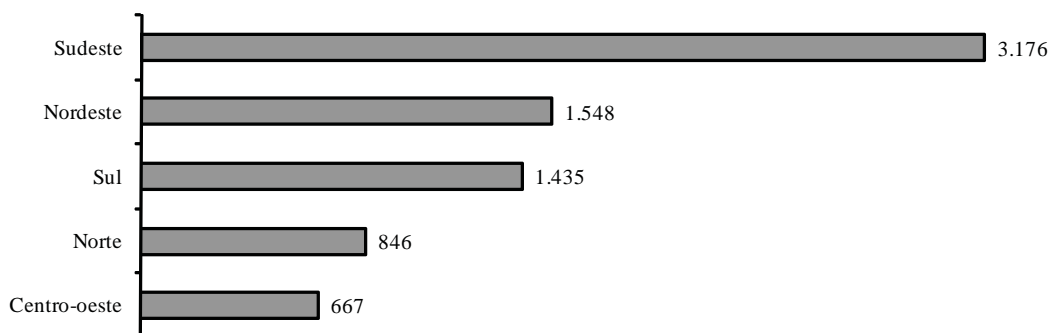


Gráfico 2 - Distribuição das cooperativas por região  
 Fonte - OCB (2008)

Em relação à evolução do número de cooperativas entre 2006 e 2007, os ramos em que houve as mudanças mais significativas foram: transporte (5,47%), crédito (4,17%) e saúde (3,49%). Foram criadas 49 novas cooperativas de transporte, 46 de crédito e 31 de saúde, destacando-se que são os ramos que mais cresceram em quantidade. Já os ramos que apresentaram as maiores variações negativas ou redução do número de cooperativas, foi o de infraestrutura com 14 organizações liquidadas ou -8,7% e de trabalho com 48 ou -2,56% cooperativas, demonstrando que tais ramos merecem maior atenção no sentido de se investigar e conhecer os motivos que levaram a essas diminuições, procurando-se saber se são particularidades do quadro social, de sua gestão, de localização ou questões mercadológicas (ver TAB. 1).

Tabela 1 - Evolução do número de cooperativas por região

Ramo	2006	2007	Varição (%)
Agropecuário	1.549	1.544	-0,32
Crédito	1.102	1.148	4,17
Educacional	327	337	3,06
Especial	12	12	0,00
Habitacional	371	381	2,70
Infraestrutura	161	147	8,70
Mineral	45	40	11,11
Produção	200	208	4,00
Saúde	888	919	3,49
Trabalho	1.874	1.826	2,56
Transporte	896	945	5,47
Turismo e Lazer	22	24	9,09
<b>Total</b>	<b>7.447</b>	<b>7.531</b>	<b>1,13</b>

Fonte- OCB (2008)

O GRAF. 3 apresenta a flutuação do número de associados a partir de 1990, quando no início desta década a adesão das pessoas ao movimento cooperativista se mostrava com altos e baixos. De 1995 à 1999, houve um crescimento contínuo de 1,5 milhões de associados, aumentando em 42,86% a quantidade deles. Entre 1999 e 2000, houve uma queda de 0,4 milhões ou de -8%. Desde então, tem havido novo contínuo incremento de associados, tendo alcançado 7,6 milhões em 2007 e se aproximando dos desejados dois dígitos.

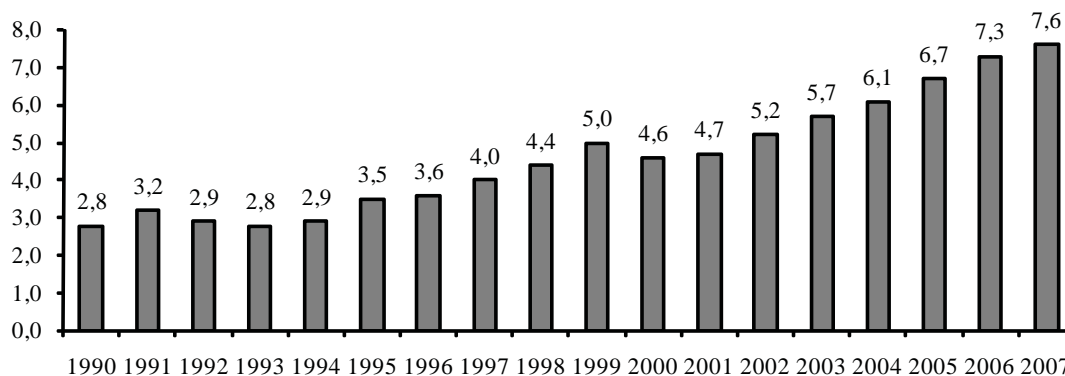


Gráfico 3 - Evolução do número de associados (milhões)  
 Fonte - OCB (2008)

Entre 1994 e 1997 houve uma diminuição do número de empregados em cooperativas de 9 milhões (-7,5%), tendo sido um período ruim de participação dessas organizações na geração de empregos diretos. Já de 1997 para 1998 houve um salto de 40 milhões – vale citar que foi o maior do intervalo analisado – equivalendo a 36,06% de aumento da quantidade de empregados no cooperativismo brasileiro. Desse último período até 2001, houve um aumento contínuo, perfazendo 24 milhões de contratações, ou seja, 15,89% a mais de empregados. Houve uma queda de 4 milhões entre 2001 e 2002 (- 2,29%). A partir disso, os empregados em cooperativas brasileiras só têm crescido, sendo que de 2002 à 2007 foram gerados 80 milhões de novos empregos. Nesses 5 últimos anos, a variação foi de 46,78% demonstrando a tamanha capacidade de inserção da população no mercado de trabalho através de cooperativas e o incremento na economia do país.

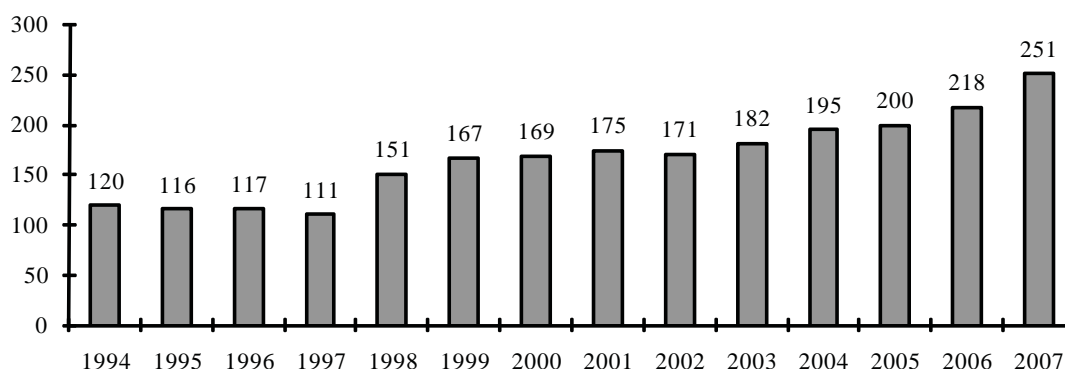


Gráfico 4 - Evolução do número de empregados (milhões)  
 Fonte - OCB (2008)

A participação das cooperativas no PIB brasileiro tecnicamente se manteve estável entre 2002 e 2004 com 5,5%. Entre 2004 e 2005 gerou uma variação de 0,29%, passando de 5,58% para 5,87%. A partir de 2005 o aumento da participação tem sido crescente e contínuo, acumulando uma elevação de 0,14% até 2007 (ver GRAF. 5).

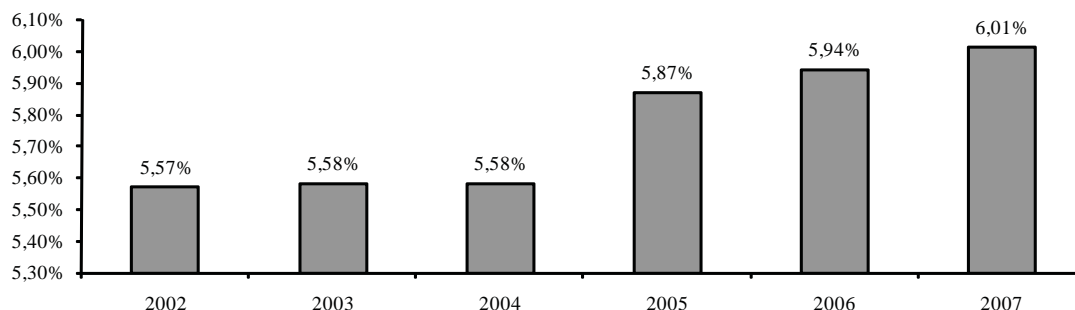


Gráfico 5 - Participação do cooperativismo no PIB brasileiro  
 Fonte - OCB (2008)

O PIB das cooperativas brasileiras desde 2002 tem sido crescente e ininterrupto. No início do período analisado estava em 70 bilhões, já chegando em 126 bilhões em 2007. O incremento no intervalo de cinco anos foi de 56 bilhões, o equivalente a 80%, uma média anual de 16% de aumento, impulsionando o faturamento do cooperativismo perante as transações brasileiras.

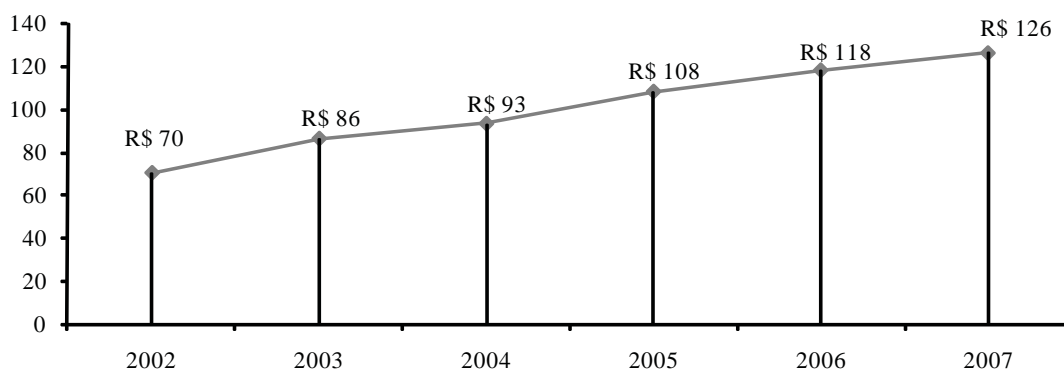


Gráfico 6 - PIB do cooperativismo em (R\$ bi)  
 Fonte - OCB (2008)

O faturamento das cooperativas brasileiras entre 2002 e 2004 teve uma elevação de 56,96%, o equivalente a 23,58 bilhões. De 2004 para 2005 teve uma queda de 4,04 bilhões, ou seja, de 6,22%. Retomou um quadro evolutivo entre 2005 e 2006 como um incremento de 7,08 bilhões, (11,62%); e de 6,14% entre 2006 e 2007, o equivalente a 4,18 bilhões. Assim, a partir de 2005 o aumento do faturamento tem sido crescente para o cooperativismo brasileiro.

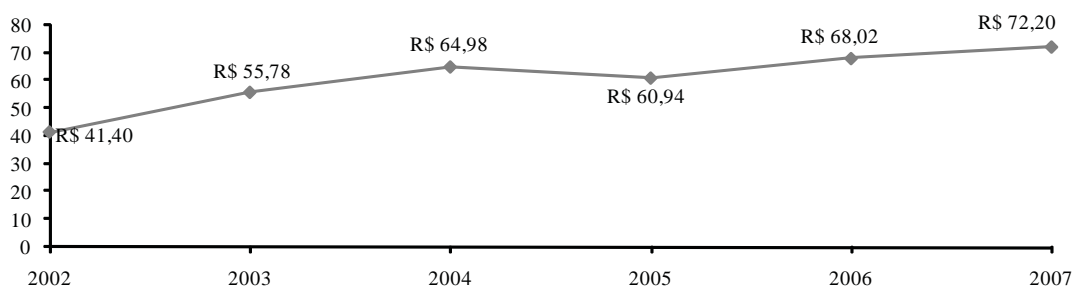


Gráfico 7 - Faturamento das cooperativas (bilhões de reais)  
 Fonte - OCB (2008)

Nesse panorama de crescente aumento do faturamento das cooperativas brasileiras, é na região Sul que se concentra 36,21% da receita do cooperativismo brasileiro, sendo a maior participação percentilica. Em segundo, vem a região Sudeste com 29,19%, uma diferença de 24,05% entre as duas regiões. A região Centro-Oeste segue em terceiro com apenas 5,40% do total.



Gráfico 8 - Participação das regiões do país no faturamento total do cooperativismo  
 Fonte - OCB (2008)

## 4 CONCLUSÕES

Nesse cenário crescente do número de cooperativas, o estado de São Paulo possui o maior número dessas organizações e também de cooperados. Na quantidade de empregados no sistema, o Paraná lidera, São Paulo ocupa o segundo lugar e o Rio Grande do Sul, o terceiro, sendo que também se localiza em terceiro no número de empregados. A região brasileira com o maior número de cooperativas é a Sudeste, seguida pela região Sul.

Os ramos que mais tiveram aumento do número de cooperativas entre 2006 e 2007 foram transporte, crédito e saúde. Os que apresentaram redução são infraestrutura e trabalho. O ramo crédito foi o que teve maior número de adesões de novos cooperados entre 2006 e 2007, o que mostra como sua receptividade tem aumentado frente à sociedade.

Desde 2000 a quantidade de cooperados no sistema brasileiro tem aumentado de forma relevante, confirmando a tendência de expansão e maior aceitação e conhecimento das pessoas de suas benesses.

No tangente aumento da quantidade de empregados entre 2006 e 2007, o ramo agropecuário ficou em primeiro, o ramo crédito em segundo e em terceiro, o ramo saúde, sendo os três ramos que mais geraram empregos no período.

Destaca-se que no quesito da evolução do número de empregados no cooperativismo brasileiro, nos 5 anos entre 2002 e 2007, houve um aumento de quase 50% de empregados, passando de 171 milhões para 251 milhões de empregos diretos.

Desde 2005 há um aumento da participação das cooperativas no PIB brasileiro, demonstrando o quanto essas cooperativas têm incrementado nosso PIB e com isso, alavancado as operações de seu quadro social, bem como sua situação econômica. É crescente o aumento do PIB das cooperativas brasileiras desde 2002, alcançando as cifras de 126 bilhões em 2007 e, é esse valor que as operações desses empreendimentos de autogestão contribuíram para o país neste ano e, que se espera que aumentem ainda mais em 2008.

Confirma-se que desde 2005 o aumento do faturamento das cooperativas tem sido crescente para o cooperativismo brasileiro, chegando a 72,2 bilhões em 2007.

Acompanhando os dados acima relacionados à liderança dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul em aspectos como número de cooperativas e quantidade de empregados, e ainda, esse crescente aumento do faturamento do cooperativismo do Brasil, a região em que está concentrada a maior fatia das receitas das cooperativas é a Sul com 36,21%, seguida da região Sudeste com 29,19%, perfazendo-se uma diferença de 24,05% entre as regiões líderes.

Desta feita, são as regiões Sul e Sudeste onde se concentram os dados mais significativos do cooperativismo brasileiro, após mais de um centenário de seu início no país. Ainda que incipiente o desenvolvimento e participação da população no sistema brasileiro, pode-se constatar através da evolução dos dados, que o cooperativismo apresenta uma tendência de crescimento no atual quadro econômico. Ele mostra sua força através da geração de empregos, renda, serviços, com a difusão de seus valores e princípios que buscam uma sociedade mais justa, além de se confirmar como o mais forte instrumento de inclusão social já criado, o qual deve proporcionar aos seus cooperados a genuína capacidade de se autodesenvolverem como pessoas e profissionais, através da educação cooperativista.

Nesse contexto otimista de desenvolvimento do cooperativismo brasileiro, existem as cooperativas inautênticas ou maquiadas, que mancham a imagem do sistema, trazendo descrença aos que desconhecem as verdadeiras cooperativas, mas, que representam uma ínfima parcela. Estas devem ser denunciadas.

Com base em Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) o desempenho social das cooperativas tem relação direta com seu resultado econômico e financeiro. Há uma tendência, de acordo com a evolução do cooperativismo apresentada, de que haja um aprimoramento contínuo dessas organizações e que elas continuem a atender as necessidades do quadro societário, proporcionando vantagens em seus negócios. Acrescenta-se que uma representativa parcela dessas organizações ainda têm estruturas engessadas, altos custos administrativos a fim de manter cargos desnecessários e atender a outros interesses, gerando resultados abaixo do que poderiam apresentar para seus associados. Aqui vale ressaltar que resultados positivos em cooperativas não se resumem aos aspectos financeiros do negócio, mas, atender bem as necessidades dos cooperados, dar orientações, oferecer produtos e serviços mais adequados a realidade de cada um, dentre outras coisas.

No que tange aos objetivos lançados nesta pesquisa, obtivemos resultados positivos, já que todos os tópicos propostos foram discutidos, chegando-se a importantes considerações que proporcionaram maior e melhor conhecimento das cooperativas brasileiras e de seu impacto socioeconômico no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). O que é uma cooperativa? Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/index.html/>>. Acesso em: 28 out. 2008.

ANTEAG. Autogestão. Disponível em: <[http://www.anteag.org.br/index.php?option=com\\_content&task=section&id=5&Itemid=107](http://www.anteag.org.br/index.php?option=com_content&task=section&id=5&Itemid=107)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

BECHO, R. L. **Elementos de direito cooperativo** – de acordo como o novo Código Civil. São Paulo: Dialética, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

\_\_\_\_\_; NAGANO, M. S.; MORAES, M. B. C. Utilização de redes neurais artificiais para avaliação socio-econômica: uma aplicação em cooperativas. **Revista de Administração da USP.**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 59-68, Jan./Mar., 2006.

BRAGA, C. F. **Cooperativismo noções**. 4. ed. s.l., s.n., 2000.

CARVALHO, N. V. **Autogestão**. O nascimento das ONGs. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, (26) 301–325, 1983.

FIGUEIREDO, R. M. **Dicionário prático de cooperativismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FERREIRA, M. A. M; BRAGA, M. J. Eficiência das sociedades cooperativas e de capital na indústria de laticínios. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro. v. 61, n. 2, p. 231–244, 2007.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**. Umuarama, v. 7, n. 1, Jan./Jun., 2006.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Alínea, 2005.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, p. 305-360, Oct., 1976.

MANDEL. E. **Control obrero, consejos obreros, autogestión**. 2. ed. Ciudad de México: Era, 1997.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

**NEVES, M. F.**; ZYLBERSZTAJN, D.; **NEVES, E.M. Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva: 2005.

NILSSON, J. Organizational principle for cooperative firms. **Scandinavian Journal of management**. Frederiksberg, v. 17, n. 3, p.329-356, Sep., 2001.

ODA, N. T. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção**: dilemas e alternativas à participação. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Números do cooperativismo. Acesso em: < <http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>>. Acesso em: 25 set. 2008.

PACHECO, A. S. V.; RISSI, M.; ROCZANSKI, C. R. M.; KLAES, L. S.; COSTA, A. M. Sistematização da avaliação dos programas de educação cooperativa do SESCOOP/SC. In: SEMEAD, 11., 2008, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2008.

PERIUS, V. F. Sociedades cooperativas. In: KRUEGER, G; MIRANDA, A. B. (coords.). **Comentários à legislação das sociedades cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

PINHO, D. B. **Bases operacionais do cooperativismo**. São Paulo: CNPQ, 1982.

REQUEJO, L. M. H. Lack of monitoring of agricultural cooperatives in Brazil: evidence and prospects for improvement. In: Brazilian Congress on Information Technology in Agriculture and Agribusiness, 1 – AGRO-SOFT 97, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], Sep., 1997

SINGER, P. Economia solidária: um modelo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, R. P. Sociologia da cooperação: o dilema Meister-Zupanov. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, n. 45, p. 91-100, 1984.

STÖBERL, P. R. Ato cooperativo. In: KRUEGER, G; MIRANDA, A. B. (Coord.). **Comentários à legislação das sociedades cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

## NOTA

- <sup>1</sup> O primeiro autor agradece o apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.